

PREGÃO ELETRÔNICO

005-2025

CONTRATANTE

Câmara Municipal de Eunápolis

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos contínuos, em sistema de comodato, abrangendo a implantação de um painel de votação eletrônica e demais estruturas necessárias, incluindo licenciamento de software, registro eletrônico de presença e votação, capacitação dos usuários e automação do gerenciamento das sessões.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
SIGILOSO.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/12/2025 às 08h00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

MODO DE DISPUTA:

[aberto e fechado]



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO 005/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2025

A Câmara Municipal de Eunápolis – BA por intermédio de seu **pregoeiro**, designado pela Portaria Administrativa Nº 022/2025, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA mediante as condições estabelecidas neste Edital.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos contínuos, em sistema de comodato, abrangendo a implantação de um painel de votação eletrônica e demais estruturas necessárias, incluindo licenciamento de software, registro eletrônico de presença e votação, capacitação dos usuários e automação do gerenciamento das sessões.

As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos contínuos, em sistema de comodato, abrangendo a implantação de um painel de votação eletrônica e demais estruturas necessárias, incluindo licenciamento de software, registro eletrônico de presença e votação, capacitação dos usuários e automação do gerenciamento das sessões.

1.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na Plataforma do Pregão e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estes a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

2 RECURSO ORÇAMENTÁRIO

2.1 As despesas correrão por conta de dotação orçamentária informada pelo setor contábil.

3 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste procedimento de contratação os interessados estabelecidos no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste procedimento de contratação, previamente credenciadas no sistema LICITANET (<https://licitanet.com.br/>).

3.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste certame deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Câmara Municipal responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.1.4 Informações complementares sobre o credenciamento junto ao provedor do sistema deverão ser obtidas diretamente com o suporte técnico da plataforma indicada neste edital.

3.2 Ficam impedidos de participar desta licitação:

Av. Arturino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

- 3.2.1 Aquele que não atenderem às condições deste edital;
- 3.2.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.2.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.2.4 Aquele que estejam em processo de dissolução, liquidação, falência ou concurso de credores;
 - 3.2.4.1 Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.
- 3.2.5 Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de contratar com a administração pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.2.5.1 O impedimento de que trata o este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.2.6 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.2.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.2.8 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.2.9 Agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 3.2.9.1 A vedação de que trata este estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.2.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.2.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, do processo de contratação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.2.12 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- 3.3** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.4** A simples apresentação da proposta implica, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o agente de contratação de qualquer responsabilidade civil ou penal.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1** No preâmbulo deste edital está definido se a fase de habilitação poderá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances nos termos do art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021

- 4.1.1 Caso a fase de habilitação NÃO anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, dos documentos de habilitação somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 4.1.2 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.
- 4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor de sua proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.6.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.6.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.6.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.6.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.7 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.8 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.9 A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.12 O prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão
- 4.13 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Av. Arturino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

4.14 A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do presente procedimento de contratação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança de sua proposta e seus documentos de habilitação.

5.5 Aberta a sessão pública do certame, as propostas de preços serão irretroatáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

6 JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.1.1 Também será desclassificada a proposta preenchida e que identifique o licitante.

6.1.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.1.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.2 O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública da licitação quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, irá perdurar por mais de um dia.

6.2.1 Após a suspensão da sessão pública, o Agente de Contratação enviará, via chat, mensagens aos licitantes informando a data prevista para o início da oferta de lances.

6.3 Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7 HABILITAÇÃO

7.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

7.2 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertada e registrado no sistema

7.3 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, está estabelecido no preâmbulo deste edital.

7.4 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.6 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.7 O licitante poderá solicitar a exclusão de seu último lance ofertado, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível, que será avaliado pelo Agente de Contratação.

7.8 Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja entendido como manifestamente inexecuível.

7.9 No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.10 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.11 No preâmbulo deste edital está definida o modo de disputa deste certame, que será:

7.11.1 Modo de Disputa Aberto-Fechado:

7.11.1.1 No modo de disputa “aberto e fechado”, é quando os licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após isso, transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.1.3 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1.3.1 O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por oferecer melhor lance.

7.11.1.3.2 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1.4 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11.1.4.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.12.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.12.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.12.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.12.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.12.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.12.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.12.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.12.2.2 empresas brasileiras;

7.12.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.12.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8 DOS CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE BENEFÍCIOS ÀS ME/EPPs

8.1 O licitante que deixar de assinalar o campo da “Declaração de ME/EPP” não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.

8.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos estabelecidos no preâmbulo do presente instrumento.

8.3 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.3.1 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste procedimento.

8.3.2 Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.3.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

8.3.4 A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.3.5 Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

9 DA NEGOCIAÇÃO

9.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.2 O Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.



9.3 Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.3.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.5 A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance no prazo mínimo de **2h (duas horas)**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, contado da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.

9.5.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação justificada do licitante, formulada antes do fim do prazo, e formalmente aceita.

9.5.2 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.6 Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 FASE DE JULGAMENTO

10.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e as Condições de Participação deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;

10.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

10.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

10.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992

10.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

10.4 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.5 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.6 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.

10.7 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à

Av. Arturino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.7.1 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.7.1.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.8 O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.

10.8.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta

10.8.2 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.8.3 Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.

10.8.4 Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis).

10.9 Será desclassificada a proposta que:

10.9.1 não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação;

10.9.2 conter vícios insanáveis;

10.9.3 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.9.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.9.5 com valor unitário ou global com preços manifestamente inexequíveis

10.9.5.1 Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.

10.9.5.2 Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis)

10.9.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.9.7 Inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

10.9.7.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.9.7.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

10.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

10.12.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.12.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.12.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.12.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

11 FASE DE HABILITAÇÃO

11.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 A regra para o momento de envio dos documentos de habilitação é aquela definida no preâmbulo deste edital, podendo ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.3.1 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, em 2 (duas) horas.

11.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.5.1 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para a Diretoria de Contratações, situada no endereço indicado no rodapé deste edital.

11.6 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64)

- 11.6.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 11.6.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 11.7** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 11.8** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.9** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.10** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 11.11** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 11.11.1** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 11.12** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 11.12.1** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 11.13** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 11.13.1** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 11.14** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
- 11.14.1** O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 11.15** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 11.15.1** Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.



11.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma

11.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.18 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.19 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, especialmente quanto ao capital social ou patrimônio líquido mínimo, quando assim o edital exigir, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12 DA AMOSTRA

12.1 As regras relacionadas a apresentação de amostras são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

13 DA VISITA TÉCNICA

13.1 As regras relacionadas a visita técnica são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

14 DOS RECURSOS

14.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 Declarada a vencedora, o Agente de Contratação abrirá prazo não inferior a 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.2.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.2.2 A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito e autoriza o Agente de Contratação a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

14.3 A licitante que manifestar a intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3.1 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação

14.3.2 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Av. Artulino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

14.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final do Presidente da Câmara Municipal de Eunápolis.

14.7 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico com endereço no preâmbulo deste instrumento.

15 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

15.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

15.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

15.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

15.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

15.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

15.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

15.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

16.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

16.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

16.1.2.4 deixar de apresentar amostra, caso solicitado.

16.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

- 16.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 16.1.5 fraudar a licitação
- 16.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 16.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 16.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 16.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 16.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 16.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 16.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 16.2.1 advertência;
 - 16.2.2 multa;
 - 16.2.3 impedimento de licitar e contratar e
 - 16.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 16.3** Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 16.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 16.3.2 as peculiaridades do caso concreto
 - 16.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 16.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 16.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.4** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 16.4.1 Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
 - 16.4.2 Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 16.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 16.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito desta Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 16.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 16.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor desta Administração.
- 16.10** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que

avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final do Presidente da Câmara Municipal de Eunápolis.

16.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a essa Administração.

17 DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste procedimento de contratação mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico descrito no preâmbulo do presente edital ou através de campo próprio do sistema.

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.4 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.5 Para a resposta dos esclarecimentos e o julgamento das impugnações o Agente de Contratação será auxiliado pelo setor técnico competente.

17.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.6.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

17.7 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural da plataforma utilizada para realização do certame através do endereço e vincularão os participantes e a Administração.

18 DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2 Ao Presidente da Câmara Municipal de Eunápolis compete anular este procedimento de contratação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

18.2.1 A anulação do procedimento de contratação induz à extinção do contrato.

18.2.2 As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

18.3 O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Câmara Municipal ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

Av. Arturino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

18.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente desta Câmara.

18.5 O Pregoeiro ou à Autoridade Superior, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam a proposta, a legislação vigente e a lisura desta Licitação, reservando-se o direito de promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Sessão Pública.

18.6 As normas que disciplinam este procedimento de contratação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18.7 Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação deste.

18.8 Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens de natureza divisível, que possua cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:

18.8.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

18.8.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

18.8.3 Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, será priorizado de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

18.9 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

18.10 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.

18.11 Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

18.12 Os casos omissos serão decididos pelo Agente de Contratação em conformidade com as disposições constantes das Leis no preâmbulo deste Edital e demais normas pertinentes.

18.13 Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Eunápolis/BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.14 Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através dos sítios www.licitanet.com.br e camaraeunapolis.ba.gov.br/site/DiarioOficial.

18.15 Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

19 ANEXOS

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo de Proposta de Preços
Anexo III	Minuta do Termo de Contrato

Eunápolis - BA, 09 de dezembro de 2025.

JOSUEL JUNIOR SILVA DE OLIVEIRA
Diretor Administrativo

Av. Artulino Ribeiro, 549
Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos contínuos, em sistema de comodato, abrangendo a implantação de um painel de votação eletrônica e demais estruturas necessárias, incluindo licenciamento de software, registro eletrônico de presença e votação, capacitação dos usuários e automação do gerenciamento das sessões.

Item	Descrição	Und.	Qt.
1	Implantação e treinamento	SERV	1
2	Fornecimento, em sistema de comodato, de solução tecnológica avançada e segura para a modernização dos processos legislativos durante as sessões plenárias, proporcionando maior eficiência e transparência às atividades parlamentares desta casa de leis.	MÊS	12

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que possuem especificações usuais e padronizadas no mercado, podendo ser descritos de forma objetiva e clara no Termo de Referência, o que permite a sua aquisição por meio de pregão, conforme disposto no art. 6º, inciso XXI, e art. 29, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato prorrogável para até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3 Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.4 O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

Descrição Geral

2.1 A Câmara Municipal de Eunápolis, necessita adotar uma solução integrada de modernização tecnológica, abrangendo todo o ciclo de vida do objeto contratado.

2.2 A solução visa suprir as necessidades da Câmara, modernizando o ambiente legislativo com o objetivo de:

2.2.1 Garantir a eficiência e a celeridade da tramitação legislativa;

2.2.2 Assegurar a confiabilidade, rastreabilidade e segurança nas votações e deliberações;

2.2.3 Promover a transparência pública e o acesso do cidadão às atividades parlamentares;

2.2.4 Adequar as práticas da Câmara às exigências da Lei de Acesso à Informação, da Lei Geral de Proteção de Dados e da Nova Lei de Licitações.

2.3 O objeto contratado compreende a prestação de serviços contínuos de:

2.4 Implantação, licenciamento, manutenção e suporte de sistemas informatizados;

2.5 Fornecimento, em regime de comodato, de equipamentos de apoio (tablets, video wall, entre outros);

2.6 Suporte técnico especializado e treinamento de servidores.

2.7 O ciclo de vida do objeto considera as seguintes etapas:

2.7.1 Fornecimento, instalação, configuração, treinamento e testes de aceitação;

2.7.2 Suporte contínuo, atualização tecnológica, monitoramento e operação assistida;

2.7.3 No término do contrato, previsão de remoção de ativos e descarte ambientalmente correto dos bens utilizados, conforme as diretrizes de sustentabilidade.

Descrição da Solução de TIC

2.8 O detalhamento do objeto encontra-se descrito no item 6 deste Termo de Referência, onde constam as especificações técnicas, funcionalidades e requisitos mínimos exigidos para a execução contratual.

3 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de modernizar e integrar os sistemas da Câmara Municipal de Eunápolis, garantindo a transparência institucional e o acesso do cidadão às informações públicas.

3.2 A solução prevista contempla sistemas integrados e equipamentos fornecidos em regime de comodato, estruturando uma plataforma segura, interoperável e escalável, de modo a atender de forma eficiente às demandas legislativas e de transparência institucional da Câmara Municipal.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Capacitação

4.1 Será necessário treinamento específico para a equipe da Câmara Municipal que atuará com a operação e administração da solução implantada.

4.2 As capacitações deverão ser realizadas na sede da Câmara Municipal de Eunápolis, podendo ocorrer de forma presencial ou, por meio remoto síncrono, mediante prévia aprovação da Administração.

4.3 A contratada deverá fornecer material didático atualizado e compatível com os sistemas implantados, em formato digital e impresso, contendo manuais de operação e guias rápidos de consulta.

4.4 O ambiente para realização dos treinamentos deverá ser previamente preparado, com os sistemas operacionais já implantados e disponíveis para prática, garantindo que os participantes possam operar as funcionalidades em ambiente real ou simulado.

Requisitos Legais

4.5 Os serviços devem estar em conformidade com as seguintes normas:

- a) Constituição Federal
- b) Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).
- c) Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).
- d) Lei nº 13.709/2018 (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados).
- e) Instruções Normativas SGD/ME nº 94/2022, SEGES/ME nº 58/2022 e nº 81/2022.

Garantia

4.6 A contratada deverá oferecer garantia integral de funcionamento da solução por todo o período de vigência contratual, com substituição imediata de qualquer componente, físico ou lógico, que apresente falhas que comprometam a prestação do serviço.

Requisitos Temporais

4.7 Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de **20 (vinte)** dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS) pela contratante. Em casos excepcionais, devidamente justificados e previamente autorizados, esses prazos poderão ser prorrogados uma única vez por até igual período.

4.8 Na contagem dos prazos previstos neste Termo de Referência, quando não houver indicação contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se todos os prazos em dias corridos.



4.9 Todos os prazos, salvo disposição específica em contrário, serão contados em dias corridos, com base na hora de início do evento ou incidente. A contagem terá início na hora do registro do fato gerador e encerrará na mesma hora do último dia do prazo definido.

4.10 Prazos de Atendimento e Solução:

ATIVIDADE, TAREFA OU SERVIÇO	PRAZO MÁXIMO DE INÍCIO DE ATENDIMENTO	PRAZO MÁXIMO DE SOLUÇÃO DO PROBLEMA
Atendimento remoto técnico	2 horas úteis	6 horas úteis
Atendimento presencial (in loco)	4 horas úteis	12 horas úteis
Correção de falhas críticas (impacto total)	imediato	4 horas corridas
Correção de falhas não críticas	6 horas úteis	até 48 horas úteis

4.11 Em caso de indisponibilidade superior aos prazos estabelecidos, ou inobservância dos níveis de serviço pactuados, poderão ser aplicadas sanções administrativas e descontos proporcionais, conforme previsto no contrato.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.12 A prestação dos serviços deverá observar práticas que promovam a sustentabilidade socioambiental, priorizando o uso de equipamentos e insumos com certificações de eficiência energética, reciclagem ou reuso de materiais. Os resíduos de equipamentos de informática gerados durante a execução dos serviços deverão ser destinados de forma ambientalmente adequada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.13 A solução deverá ainda adotar padrões de acessibilidade digital, garantir o respeito à diversidade cultural, considerando a utilização de linguagem inclusiva e adequação às diretrizes de comunicação pública estabelecidas pelos órgãos reguladores.

Requisitos de Projeto e Implementação

4.14 Os serviços contratados deverão seguir metodologias ágeis ou híbridas de gestão de projetos de TIC, com utilização de práticas como SCRUM, Kanban ou PMBOK, conforme definição acordada com a Contratante. A documentação dos sistemas implantados deverá seguir padrões formais, incluindo manuais de usuário, diagramas de arquitetura de sistemas, matrizes de rastreabilidade e registros de versões implantadas

Requisitos de Implantação

4.15 A implantação dos sistemas deverá ocorrer de forma coordenada, obedecendo ao cronograma de execução aprovado pela Câmara Municipal. Todas as etapas, desde a preparação dos ambientes de produção até a execução dos testes de aceite e a liberação para operação assistida, deverão ser documentadas e submetidas à validação técnica.

4.15.1 O processo de implantação deverá prever a realização de treinamento operacional para os usuários e a validação de performance dos sistemas implantados.



Requisitos de Manutenção e Garantia

4.16 O prazo de garantia contratual dos serviços, será o de garantia legal, período no qual a contratada deverá garantir o pleno funcionamento da solução, responsabilizando-se por eventuais falhas ou defeitos, sem ônus adicional para a Administração.

Requisitos de Experiência Profissional

4.17 Os serviços de assistência técnica, suporte, manutenção e operação dos sistemas deverão ser prestados por profissionais devidamente capacitados nos produtos contratados, com domínio funcional das soluções de TIC envolvidas e com uso dos recursos, ferramentas e metodologias adequados para a execução dos serviços com segurança, eficiência e confiabilidade.

4.18 Será exigida, no mínimo, a comprovação de experiência anterior da contratada na implementação de soluções semelhantes em pelo menos **um** órgão ou entidades da Administração Pública, com apresentação de atestados de capacidade técnica que demonstrem a execução de objetos compatíveis em complexidade, natureza e quantidade com os serviços ora contratados.

Requisitos de Formação da Equipe

4.19. Os serviços deverão ser executados por equipe técnica composta por profissionais com formação compatível com as atividades a serem desenvolvidas.

4.19.1 A equipe mínima deverá contar com:

- a) Um Analista de Sistemas com diploma de curso superior em Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Sistemas de Informação ou áreas afins;

4.19.2 A comprovação do vínculo dos profissionais com a empresa contratada poderá ser feita mediante apresentação de:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada;
- b) Contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços registrado;
- c) Comprovante de inscrição no INSS ou em conselho de classe (quando aplicável), acompanhado de contrato de prestação de serviços com a empresa;
- d) Outros documentos admitidos em lei que demonstrem relação contratual estável, observando-se o disposto no art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021, que permite a exigência de atestados, registros ou documentos que comprovem a qualificação técnico-profissional.

Visita Técnica

4.20 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h.

4.21 Agendamento da visita por meio do e-mail licitacmeunapolis@hotmail.com.

4.22 A critério da Administração, poderão ser disponibilizados outros dias e horários para realização da vistoria, mediante agendamento prévio com pelo menos 48 horas de antecedência.

4.23 Para a realização da vistoria, o representante legal da empresa ou o responsável técnico designado deverá apresentar documento de identidade oficial com foto.

4.23.1 É de responsabilidade da empresa vistoriadora o registro das informações observadas, não cabendo à Administração qualquer obrigação de emitir relatório detalhado da visita.

4.24 Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal, assinada por seu responsável técnico, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.25 A ausência de vistoria não poderá ser utilizada como justificativa para futuras alegações de desconhecimento técnico, dúvidas quanto às condições operacionais ou eventuais restrições de

Av. Artulino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

execução. A contratada assume, integralmente, os ônus decorrentes da execução dos serviços contratados.

Outros Requisitos Aplicáveis

4.26 Serão exigidos, no mínimo, os seguintes documentos complementares: (i) Plano de implantação com cronograma detalhado; (ii) Manual técnico de todos os sistemas implantados; (iii) Plano de continuidade de serviços em caso de falha crítica. A entrega desses documentos será condição para o aceite definitivo da solução.

4.26.1 Durante a vigência contratual, a contratada deverá manter atualizados os registros de suporte técnico, manutenções realizadas e eventuais falhas corrigidas, com disponibilização à Contratante sempre que solicitado.

4.26.2 O descumprimento reiterado dos requisitos contratuais poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação vigente.

Da Subcontratação

4.27 NÃO SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL.

Garantia da Contratação

4.28 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133.

Informações Relevantes para o Dimensionamento e/ou Apresentação da Proposta

4.29 A demanda da Câmara Municipal de Eunápolis tem como base as seguintes características, essenciais para o correto dimensionamento e elaboração da proposta comercial pelos licitantes:

4.29.1 O escopo contratado envolve a implantação de uma solução integrada que abrange:

- a) Sistema de Gestão das Atividades Legislativas;
- b) Sistema de Painel e Votação Eletrônica;
- c) Sistema de Plenário Digital;

4.29.2 A solução deverá atender a um universo de 17 (dezessete) parlamentares ativos.

4.29.3 Todos os sistemas e serviços deverão estar plenamente compatíveis com as normas técnicas brasileiras (NBR ISO 27001 para segurança da informação, eMAG para acessibilidade digital) conforme aplicável.

4.29.4 Na apresentação da proposta comercial, cada serviço e produto que compõe a solução deverá estar discriminado de forma individualizada em itens separados, ainda que a licitação seja por preço global, permitindo a identificação do respectivo preço unitário e a verificação da composição do valor total, conforme disposto no art. 26 da Lei nº 14.133/2021.

5 PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

Obrigações da CONTRATANTE

5.1 Indicar formalmente o gestor do contrato e os fiscais técnico, administrativo e requisitante, responsáveis pelo acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução contratual.

5.2 Encaminhar formalmente as solicitações de atualização, correção e melhorias do objeto desta contratação, conforme critérios estabelecidos no Termo de Referência.

5.3 Verificar a conformidade dos serviços entregues, validando o atendimento aos requisitos técnicos, operacionais e de segurança previstos no contrato.

5.4 Monitorar a efetividade, garantindo que os atos administrativos e normativos sejam disponibilizados corretamente e em conformidade com as exigências legais.



5.5 Aplicar as sanções administrativas cabíveis à contratada em caso de descumprimento contratual, incluindo penalidades por falhas na disponibilidade dos sistemas ou não conformidade com os prazos de publicação.

5.6 Efetuar a liquidação e o pagamento à contratada dentro dos prazos estabelecidos no contrato, conforme a efetiva prestação dos serviços e comprovação do cumprimento dos requisitos.

5.7 Comunicar prontamente à contratada qualquer anormalidade ou falha operacional, incluindo indisponibilidades do objeto desta contratação, para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

Obrigações da CONTRATADA

5.8 Designar formalmente um preposto responsável pela interlocução com a Contratante, com autonomia para resolver questões operacionais e atender às demandas do contrato.

5.9 Executar as orientações e recomendações da equipe de fiscalização e do gestor do contrato, garantindo a plena execução do objeto contratual dentro dos padrões exigidos.

5.10 Assumir total responsabilidade por quaisquer danos causados à Contratante ou a terceiros, em decorrência de falhas de seus representantes, empregados ou prepostos.

5.11 Proporcionar à Contratante todos os meios necessários para fiscalização da execução contratual, incluindo a disponibilização de relatórios periódicos e acesso a ferramentas de monitoramento da disponibilidade e desempenho dos sistemas.

5.12 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições que garantiram sua habilitação no processo licitatório, assegurando a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

5.13 Disponibilizar equipe técnica qualificada para suporte e manutenção, garantindo correções ágeis e minimização de impactos operacionais.

5.14 Realizar manutenções preventivas e corretivas, sempre que necessário, assegurando segurança, estabilidade e disponibilidade dos sistemas.

5.15 Implementar atualizações e melhorias contínuas, conforme definido contratualmente, que atendam às melhores práticas de acessibilidade, usabilidade e segurança digital.

5.16 Garantir a continuidade dos serviços até a efetiva transferência para uma nova contratada, sem interrupções dos serviços ora contratados até o término do contrato.

5.17 Garantir a conformidade dos serviços prestados com as exigências da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), da LGPD (Lei nº 13.709/2018) e das normativas do TCM, assegurando sigilo, integridade e transparência nas informações publicadas.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Condições de Execução

6.1 A execução do objeto terá início em até 05 (cinco) dias contados da emissão da Ordem de Serviço (OS) pela Contratante.

Métodos, rotinas, etapas e periodicidade

6.2 A execução dos serviços será realizada conforme metodologia turnkey, com responsabilidade integral da contratada por todas as etapas, desde a implantação até a entrada em operação plena da solução.

Local de Prestação dos Serviços

6.3 Os serviços deverão ser prestados, prioritariamente, nas dependências da **Câmara Municipal de Eunápolis**, localizada na **Avenida Artulino Ribeiro, nº 549, Dinah Borges, Eunápolis/Ba – CEP: 45830-100**, bem como de forma remota quando se tratar de manutenção corretiva e suporte técnico não presencial, nos termos previstos neste Termo de Referência.

Av. Artulino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

Horário da Prestação dos Serviços

6.4 Os serviços deverão ser executados no horário comercial da Câmara Municipal, compreendido entre **08h00 e 13h00**, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. Em situações de urgência ou demanda crítica, o atendimento poderá ser exigido fora desse horário, inclusive durante sessões legislativas noturnas ou extraordinárias.

FUNCIONALIDADES GERAIS

Exibir no plenário em tempo real, as informações geradas no âmbito de cada reunião, considerando data, hora, registros de presença e votos dos parlamentares, identificação da comissão, da reunião e nome do presidente, indicação e dados dos projetos, requerimentos e pareceres em discussão, textos informativos entre outras informações e funcionalidades descritas neste Termo de Referência. O sistema deverá contemplar elevado índice de automatização operacional, em especial na captura, formatação, distribuição e controle das informações, em sintonia com os recursos destacados para o painel multimídia respectivo.

Processar os dados provenientes dos terminais de votação localizados no plenário, mantendo-os armazenados de forma a se ter uma imagem real do processo que está sendo supervisionado.

O armazenamento e o acesso aos dados do sistema deverão utilizar SGBD que possibilite o uso de SQL. O SGBD a ser utilizado na solução deverá ser fornecido e configurado pela CONTRATADA. Deverão ser fornecidas, também, rotinas para backup integral dos dados armazenados e restauração deles. Qualquer manutenção preventiva e corretiva do SGBD que se faça necessária será de responsabilidade da CONTRATADA.

O sistema ofertado deverá proporcionar todos os recursos necessários para controlar, inicializar e operar os equipamentos, utilizando para isso uma interface gráfica amigável, padrão GUI (denominação de "Graphical User Interface"- Interface Gráfica do Usuário, em português), que consiste em um modelo de interface do utilizador que permite a interação com os dispositivos digitais através de elementos gráficos. Todos os eventos relevantes na sequência operacional das funcionalidades deverão ser armazenados no banco de dados, podendo ser recuperados posteriormente para análises e depurações.

Prever que panes eventualmente ocorridas em dispositivos não prejudiquem o funcionamento dos demais.

Ser passível de configuração autônoma em relação a todas as opções disponíveis no software.

Permitir com facilidade a substituição de terminais e dispositivos defeituosos.

Ter acesso em tempo real as informações registradas no plenário, inclusive para emissão de relatórios.

Ser ligados em rede segura, diferente daquela utilizada para os demais computadores da CME, mas ligada a esta para eventual exportação e importação dos dados necessários a integração com o sistema legislativo da CÂMARA.

PAINEL APREGOADOR MULTIMIDIA

ESPECIFICAÇÃO DOS MÓDULOS DE HARDWARE

PAINEL APREGOADOR

Composto por matriz de led full color, P-2,5 indoor, dimensões úteis 3,84m L x 1,92m A., incluindo controladora, send card e estrutura de fixação e acabamento, a ser instalado no Plenário, na parede atrás da mesa diretora.

Características técnicas do Painel:

Painel em LED full color, matriz de pontos com distância máxima de 2,5mm entre pontos, dimensões: 3,84m Largura x 1,92m Altura.

Brilho: 450cd/m² (mínimo).

Ângulo de visão vertical: 140° (mínimo).

Ângulo de visão horizontal 140° (mínimo).

Alimentação: 240VAC.

Taxa de atualização ≥ 1920Hz.

Manutenção frontal dos módulos de LED e componentes internos do painel.

Incluído todos os demais componentes e acessórios para o completo funcionamento da matriz de LED, atendendo todas as configurações aqui apresentadas.

Av. Arturino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

Funcionalidades do Painel Apregoador Multimídia:

Recursos multimídia, permitindo a exibição, em todo o painel ou em um ou mais módulos, de vídeos, imagens e informações pertinentes ao Sistema Integrado para Gestão Automatizada dos Trabalhos em Plenário.

No ambiente de exibição do Painel o Sistema edita quaisquer números de cenários com campos, posição, tamanho e visibilidade configurados, permitindo ao operador compor cenários adequados a todos os tipos de eventos realizados no plenário;

As informações e os recursos pertinentes ao Sistema Integrado para Gestão Automatizada dos Trabalhos em Plenário são:

Nomes dos parlamentares, seguidos dos partidos, do indicador de presença e do indicador de voto; Relógio em formato HH:MM, com possibilidade de exibir, também, HH:MM:SS; Cronômetros em formato MM:SS, progressivo ou regressivos;

Totalizadores de presenças e ausências. Os totalizadores possíveis são: total de parlamentares, presentes, ausentes, licenciados, total de votos, sim, não e abstenção; Para cada totalizador irá existir legendas indicativas que o identifique;

Janelas de mensagens para informação de eventos do sistema, tais como votação aberta, sessão aberta, resultado de votação, orador, aparteante e textos informativos;

Lista de parlamentares que já utilizaram da palavra na reunião, com indicação do tipo de fala utilizado.

As diferentes janelas de mensagens serão capazes de operar simultaneamente e terão tamanho e posição configuráveis pelo usuário, inclusive durante as reuniões;

Todas as informações exibidas no painel serão configuráveis quanto a ocultação, posicionamento, nome, cor e tamanho da fonte;

O painel multimídia, para cada cenário definido pelo operador poderá disponibilizar canal de captura de vídeo compatível para a exibição de conteúdos como: câmeras de vídeo, DVD, sistema de CFTV, videoconferência, microcomputador e sinais de TV. Permite, também, a apresentação de materiais multimídia tipo PowerPoint Internet e todos os formatos digitais.

Não será de responsabilidade da contratada o fornecimento dos equipamentos para a geração de imagens. O painel será capaz de emitir áudio para:

Resultado de votação;
Mensagem Identificação da reunião;
Leitura eletrônica de ata.

O painel será integrado ao sistema de áudio e vídeo existente no plenário.

TERMINAIS BIOMÉTRICOS DE VOTAÇÃO E PRESENÇA

Serão fornecidos dois modelos de terminais de votação e registro de presença, visando garantir a inclusão segura dos Parlamentares ao Sistema.

Terminal Biométrico Fingerprint – Tipo I

O Terminal deve ser montado em gabinete metálico monobloco de fino acabamento, design que privilegia a melhor usabilidade dos recursos operacionais através de display LCD 7" colorido, touchscreen capacitivo com teclado e interface virtual de fácil usabilidade para todas as operações e consultas, resolução de 800x480 pixels e dimensões máximas de 29cm L x 16 cm P x 10 cm

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

A. Possuir relógio e cronômetros de tempo real, data e hora corrente com sincronismo automático via canal de comunicação;

Leitor Biométrico integrado para autenticação segura do parlamentar, via impressão digital, definição 500DPI, tecnologia óptica LFD (detecção de dedo vivo), armazenamento de 1900 templates, criptografia AES 256 bits.

Possuir alimentação e tráfego de dados apenas por um único cabo ethernet, conexão RJ45 com tecnologia POE GIGABIT ETHERNET, embutido nas mesas.

Capacidade nativa, sem uso de adaptadores, para transmissão digital de áudio, protocolo DANTE, utilizando apenas um cabo ethernet para tráfego de dados, áudio e alimentação elétrica do Terminal.

Dispositivo sonoro “buzzer”, capaz de auxiliar a operação do terminal, com habilitação configurável no próprio terminal;

Conector tipo XLR integrado e embutido no gabinete do Terminal de Votação para entrada de microfone profissional gooseneck, tecnologia “phantom power”, com haste de 50,0 cm (variação de $\pm 10\%$), espuma antipoff e led de indicação de habilitação do microfone (o microfone deverá ser fornecido junto com o Terminal);

Possui teclado físico integrado ao Terminal com 3 (três) teclas com marcação braile para seleção do voto, em cores diferentes (“SIM”, “NÃO” e “ABSTENÇÃO”), sendo as três teclas posicionadas embaixo da bancada para garantir privacidade ao Parlamentar durante o registro de voto.

Terminal Biométrico PalmVein – Tipo II

Terminal equipado com biometria de palma (PalmVein) para captura da imagem do padrão dos vasos sanguíneos da palma da mão do Parlamentar, através de raios infravermelhos.

Este Terminal garante aos Parlamentares que eventualmente possuam falha nas digitais dos dedos das mãos realizarem sua autenticação segura, através do leitor PalmVein.

O Terminal deve ser montado em gabinete metálico único, tipo monobloco, de fino acabamento com layout que privilegie facilidade de acesso, interface virtual de fácil usabilidade para todas as operações e consultas dos Parlamentares; relógio e cronômetro de tempo real, data e hora corrente com sincronismo automático via canal de comunicação.

Possuir tela LCD-LED 10.1 touchscreen, resolução 1200x800 para operação e apresentação de informações enviadas pelo Sistema Integrado para Gestão Automatizada dos Trabalhos em Plenário;

Interface de comunicação Ethernet entre os Terminais PalmVein e o Sistema Integrado para Gestão Automatizada dos Trabalhos em Plenário.

Funcionalidades para os 2 modelos de Terminais de Votação e Presença:

Os terminais biométricos de presença e votação controlam a identificação autenticada e segura do usuário para o registro de presença e votação, mantendo o registro do log-in do parlamentar. Os reconhecimentos dos usuários são feitos pela identificação biométrica fingerprint, palmar ou senha específica ao parlamentar.

Os terminais biométricos de presença e votação funcionam de forma livre, podendo qualquer parlamentar fazer log-in em qualquer posto de votação, através de sua identificação no terminal, para efeitos do registro de sua presença. O registro do voto dependerá de confirmação da identificação do parlamentar, pelo reconhecimento biométrico. O parlamentar poderá votar de qualquer terminal, mesmo um diferente do qual estava logado, o que transferirá automaticamente seu log-in para o terminal utilizado para registro

Av. Arturino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

do voto. Os terminais de votação serão configuráveis e devera permitir ou não que, após o log-in por um parlamentar, o mesmo posto seja utilizado por outro parlamentar.

Os terminais biométricos de presença e votação permitem que o parlamentar solicite para si a palavra, através da identificação biométrica ou por senha. Essa solicitação pelo terminal irá inscrever o parlamentar na lista de oradores inscritos para fala. O uso do terminal de votação para solicitação da palavra não impede o parlamentar de fazer o uso de outro microfone localizado no mesmo plenário, mesmo depois de já aberta a palavra, bastando que o mesmo faça log-in em outro terminal. O operador poderá desabilitar essa funcionalidade.

Os terminais biométricos de presença e votação deverão permitir que o parlamentar ative ou desative o microfone associado ao terminal, sem a necessidade de identificação biométrica ou por senha. O operador poderá desabilitar essa funcionalidade.

Os terminais biométricos de presença e votação deverão permitir que o parlamentar ative temporariamente o microfone associado ao terminal, sem a necessidade de identificação biométrica ou por senha. O tempo de ativação será configurado no sistema. O operador poderá desabilitar essa funcionalidade.

Os terminais biométricos de presença e votação poderão ser trocados hot swap, mesmo durante uma votação, registro de presença ou verificação de quórum, sem a necessidade de cancelamento do procedimento e sem prejuízo para a comunicação com os outros postos de votação ou o sistema. O operador poderá desabilitar um determinado terminal que esteja apresentando problemas ou que, por qualquer motivo, esteja sendo ignorado pelo sistema.

CÂMERA DE VÍDEO PTZ

Câmera de vídeo colorida PTZ de alta definição, FHD, resolução de 1920x1080, com a flexibilidade de operação pan/tilt/zoom remota. Deve incluir lente com zoom óptico de no mínimo 20x, permitindo um zoom em objetos pequenos ou distantes com clareza. As câmeras deverão permitir a instalação (com suporte próprio) no teto ou parede, com opção de inversão de imagem, possuir grau de rotação PAN de no mínimo 300 graus com proporção de vídeo de 16:9 com 50 fps.

As saídas de vídeo deverão ser através de conector SDI e/ou HDMI e possuir saída de vídeo também por IP (LAN), e protocolo NDI. Deverá possuir protocolo de comunicação compatível com o controlador/software de operação de vídeo PTZ (VISCAs), conexões de controle RS232, RS485 e/ou RS422.

CONTROLADOR PARA CÂMERA PTZ

Deve possuir Joystick com eixos para controle das câmeras PTZ, nos comandos e ajustes de pan, tilt e zoom, utilizando comandos via IP, USB ou serial.

SERVIDOR DE GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO

Servidor de Gerenciamento e Operação do sistema integrado para gestão automatizada dos trabalhos em plenário composto de:

Processador de núcleo duplo de 1.5 GHz, com memória cache L2 de no 2MB;

Memória RAM de 8GB; disco rígido interno de 80 gigabytes, interface SATA II, taxa de transferência de 3.0 GB/s. velocidade de 7.200 RPM, 8 MB de Buffer;



Fonte de energia com potência suficiente para alimentar, além dos componentes da presente configuração, mais uma unidade de disco rígido interno de 80 gigabytes, para operar em uma tensão de 110/240 V a 50/60 Hz;

Teclado com ajuste de inclinação padrão ABNT2, com 107 teclas não apagáveis pelo uso contínuo contendo todos os caracteres da língua portuguesa, com conector USB 2.0:

Mouse ótico com dois botões e scroll, conexão USB 2; Sistema operacional Microsoft Windows Professional;

Monitor LCD 21".

SERVIDOR DE ÁUDIO E VÍDEO

Servidor de Áudio e Vídeo com processador I5 8400t, 6 núcleos e 12 threads, 16 gigabytes de memória RAM DDR4, SSD 512 gb, placa de vídeo Nvidia Gtx 1660, com no mínimo 2 gigas de VRAM

Kit de teclado e mouse USB – ABNT 2.

Monitor LCD-LED 21" full hd.

TERMINAL DO PRESIDENTE

Terminal do Presidente – CPU e Monitor Touchscreen 21,5"

Processador dual core 2GHz com 3MB Cache, 4GB de memória RAM, Disco Rígido SATAII 500GB;

Tela 21,5" touchscreen;

Placa de Vídeo Intel HD Graphics Integrada, Mouse e Teclado USB – ABNT 2.

Sistema Operacional Windows Professional.

Funcionalidades do Terminal do Presidente:

Exibe todos os conteúdos de texto veiculados no painel LCD;

Apresenta capacidade de exibir múltiplos cenários, de modo a ter sempre formatação adequada aos eventos do plenário;

Exibe lista de oradores inscritos, separada segundo os tipos de fala, bem como lista de parlamentares que já utilizaram da palavra na reunião, com indicação do tipo de fala utilizado;

Possui comandos através dos quais o presidente pode interagir com o Sistema Integrado para Gestão Automatizada dos Trabalhos em Plenário, conforme abaixo:

Controle do cronômetro: parar, contagem progressiva e contagem regressiva.

Controle de microfones: liberação de uso da palavra do parlamentar por meio da seleção na tela, através do mapa com o layout de distribuição dos microfones nas mesas do Plenário.

A liberação pelo Presidente do uso da palavra é registrada no Sistema, abrindo automaticamente o tempo de fala respectivo no painel apregoador;

Liberar registro de presença; Abrir votação;

Liberar registro de votos; Fechar votação;

Alarme sonoro.

Embora todos os comandos previstos neste item estarão disponíveis, o software deverá permitir configurar quais opções serão exibidas ao presidente.

Av. Artulino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

O terminal do presidente deverá ser configurado para utilização, sendo compatível com o Sistema Integrado para Gestão Automatizada dos Trabalhos em Plenário.

CONTROLE AUTOMÁTICO DE MICROFONES

Dispositivo para controle de abertura e fechamento automático de microfones analógicos, tipo microfones sem fio;

Porta de comunicação Ethernet;

Opera com microfones balanceados, phantom ou monopolares, alimentação 127/220 V automáticos; Par de conectores XLR (1 macho e 1 fêmea) por canal;

Este dispositivo deverá ser integrado ao sistema de áudio da CME e quando desativado não deve interferir no funcionamento do sistema.

SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA

O Sistema Integrado para Gestão Automatizada dos Trabalhos em Plenário dispõe das seguintes funcionalidades:

Exibe no plenário em tempo real, as informações geradas no âmbito de cada reunião, considerando data, hora, registros de presença e votos dos parlamentares, identificação da comissão, da reunião e nome do presidente, indicação e dados dos projetos, requerimentos e pareceres em discussão, textos informativos entre outras informações e funcionalidades descritas nesta proposta.

O sistema contempla elevado índice de automatização operacional, em especial na captura, formatação, distribuição e controle das informações, em sintonia com os recursos destacados para o painel multimídia respectivo.

Processa os dados provenientes dos terminais de votação localizados, mantendo-os armazenados de forma a se ter uma imagem real do processo que está sendo supervisionado.

O armazenamento e acesso aos dados do sistema utilizam SGBD que possibilita o uso de SQL. O SGBD será fornecido e configurado pela contratada, incluindo rotinas de backup integral dos dados armazenados e restauração dos mesmos. Qualquer manutenção preventiva e corretiva do SGBD será de responsabilidade da Contratada.

O sistema proporciona todos os recursos necessários para controlar, inicializar e operar os equipamentos, utilizando para isso uma interface gráfica amigável, padrão GUI.

Todos os eventos relevantes na sequência operacional das funcionalidades serão armazenados no banco de dados, podendo ser recuperados posteriormente para análises e depurações. Prever que pães eventualmente ocorridas em dispositivos não prejudiquem o funcionamento dos demais.

Será passível de configuração autônoma em relação a todas as opções disponíveis no software de Sistema Integrado para Gestão Automatizada dos Trabalhos em Plenário.

Deverá permitir com facilidade a substituição de terminais e dispositivos defeituosos.

Acesso em tempo real às informações registradas em plenário, inclusive para emissão de relatórios.

O sistema deverá permitir os seguintes cadastros, controles e recursos:



Cadastrar operadores do sistema de plenário e do sistema de comissões (se houver);

Cadastrar os usuários que terão acesso ao sistema de plenário e ao sistema de comissões com suas respectivas permissões;

Cadastrar parlamentares: o cadastro de parlamentares possibilitará a inserção, também, dos suplentes e será contínuo a outras legislaturas, sendo possível controlar a lista dos parlamentares ativos e o histórico de cada parlamentar;

Cadastrar comissões e seus membros, efetivos e suplentes, permitindo associar as reuniões a uma comissão;

Cadastrar bancadas e os parlamentares pertencentes em todas as bancadas;

Cadastrar legislaturas e os parlamentares pertencentes a cada legislatura, mantendo histórico das legislaturas anteriores;

Cadastrar as reuniões de plenário ou de comissões. Para cada reunião haverá possibilidade de identificar o seu tipo;

Cadastrar pautas das reuniões: cada reunião terá o cadastro prévio da sua pauta. Na pauta será possível cadastrar votações, oradores e mensagens. A pauta poderá ser editada a qualquer momento da reunião, permitindo que o operador inclua novos itens ou edite e exclua os itens não executados;

Cadastrar votações: incluindo informações como tipo, quórum de validação, quórum de aprovação, indicação se o presidente vota, etc., sendo que em comissões essas informações já virão com padrão especificado;

Cadastrar justificativas para ausências em reunião, a serem levadas em conta na impressão dos relatórios de presença;

Controlar conteúdos exibidos no painel: o operador será capaz de exibir ou ocultar diversos conteúdos no painel, tais como os totalizadores, os votos de cada parlamentar.

Será capaz, também, de selecionar os conteúdos de texto e multimídia a serem exibidos no painel de mensagem;

Controlar cenários de exibição no painel de comissões e de Plenário: o operador será capaz de alternar entre vários cenários criados no editor para exibição de conteúdos no painel específicos;

Controlar os cronômetros: o operador será capaz de controlar diversos cronômetros;

Controlar a execução da reunião: as reuniões cadastradas poderão ser abertas e fechadas, sendo que durante a reunião o operador será capaz de executar e editar os diversos itens da pauta;

Controlar a execução de votação: as votações cadastradas poderão ser abertas, fechadas e canceladas.

Durante uma votação o operador será capaz de realizar até 4 chamadas para o registro dos votos, a saber:

Primeira chamada; Segunda chamada; Chamada de retificação; Chamada do presidente;

Executa uma votação que não esteja previamente cadastrada e controla os conteúdos relativos à votação, que serão exibidos no painel, inclusive indicando os Parlamentares impedidos;

Controlar os oradores: O operador poderá incluir oradores na pauta ou atribuir a fala a qualquer dos parlamentares presentes. Diversos tipos de fala estarão disponíveis ao operador, tais como;



Aparte;

Questão de ordem; Declaração de voto; Tempo de liderança; Encaminhar votação;

Quaisquer outros previstos no regimento interno;

Realizar verificações de quórum, com cancelamento do quórum anterior e novo registro de presença; Registra quórum instantâneo. Um quórum instantâneo é um registro que deverá permitir ao operador emitir um relatório que indica quais eram os parlamentares existentes em um momento específico da reunião; Emite relatórios de:

Presenças por reunião; Presenças por comissão; Presenças por período; Presenças por item da pauta;

Presenças em quórum instantâneo; Frequência no período;

Votações; Parlamentares; Oradores;

Eventos por reuniões; Reuniões no período;

Outros relatórios pertinentes, sem ônus adicionais para a CME;

Mantém registro da utilização da palavra para o "tempo de liderança" e "assuntos relevantes", para que seja automaticamente indicada a sua reutilização pela mesma bancada ou pelo mesmo parlamentar, podendo a funcionalidade ser desativada em comissões pelo gerenciador do sistema;

Faz uma listagem indicando ao operador os parlamentares que já se utilizaram da palavra em cada modalidade (assuntos relevantes, tempo de liderança, discussão, encaminhamento, etc.), ofertando também a faculdade do operador expor essa listagem no painel eletrônico, podendo a funcionalidade ser desativada em comissões pelo gerenciador do sistema;

Avisa/alerta o operador que determinado comando solicitado não será executado enquanto outro procedimento estiver sendo realizado;

Registra o horário de abertura e encerramento de discussão dos projetos para efeito do prazo-limite de apresentação de proposições se for o caso;

Controla microfones, permitindo a habilitação ou corte dos microfones de forma manual ou automática, de forma complementar à mesa de controle de microfones já instalada no plenário;

Identifica autores das proposições e membros impedidos para cada votação, em comissões, gerando mensagem automática no visor de votação e registro no sistema.

MÓDULO DE VOTAÇÃO REMOTA:

A solução deverá dispor de módulo exclusivo e integrado a plataformas de videoconferência, capaz de viabilizar a realização de sessões plenárias híbridas, ou seja, com Parlamentares presentes e fora do plenário, incluindo todos os recursos para solicitação da palavra, inscrição de oradores, visualização da ordem do dia, matéria em discussão, recurso integrado de identificação do parlamentar por biometria facial para registro seguro de presença e voto através de Smartphones, Tablets e Desktops.

Este módulo deverá dispor das seguintes funcionalidades mínimas:

Cadastros

Parlamentar: Permite o cadastro das informações referentes ao corpo parlamentar da casa.

Partido: Permite o cadastro das informações dos partidos políticos.

Bloco: Permite o cadastro de blocos políticos, compostos da união parlamentares e/ou partidos.

Bancada: Permite o cadastro de bancadas políticas, compostas pela união de parlamentares.



Composição Parlamentar: Permite o cadastro da composição parlamentar, indicando dentro de um período específico qual era a situação efetiva de filiação dos parlamentares aos seus respectivos partidos.

Tipo de Comissão: Permite o cadastro de classificadores para as comissões.

Função: Permite a alteração de exibição das categorias de funções utilizadas no sistema.

Comissão

Permite o cadastro da composição de uma comissão parlamentar no sistema, com definição dos seus membros titulares e suplentes, bem como as funções atribuídas a cada um.

Mesa Diretora: Permite o cadastro da composição da mesa diretora da casa, com a definição da função atribuída a cada membro.

Legislatura: Permite o registro dos parlamentares eleitos em uma determinada legislatura, com a especificação de sua data de início e término.

Fases e Partes de Sessões em Comissões: Permite o cadastro de uma determina fase para as reuniões de comissões, definindo o que será permitido naquela determinada fase, para facilitar a organização geral das futuras reuniões.

Fases e Partes de Sessões em Plenário: Permite o cadastro de uma determina fase para as reuniões de plenário, definindo o que será permitido naquela determinada fase, para facilitar a organização geral das futuras reuniões.

Parâmetros de Votação: Permite o cadastro das regras gerais de realização e apuração de um tipo de votação.

Tipo de Autor: Permite a alteração de exibição das categorias de autor utilizadas no sistema.

Tipo de Documento: Permite a alteração de exibição das categorias de documento utilizadas no sistema.

Tipo de Matéria: Permite a alteração de exibição das categorias de matéria utilizadas no sistema.

Reunião de Plenário: Permite o cadastro e agendamento de uma reunião de plenário, definindo o ambiente de realização, as fases das quais a reunião será composta, bem como dos respectivos itens de pauta previstos em cada fase.

Reunião de Comissão: Permite o cadastro e agendamento de uma reunião de comissões, definindo o ambiente de realização, as comissões que serão parte da reunião, as fases das quais a reunião será composta, bem como dos respectivos itens de pauta previstos em cada fase.

Uso da Palavra: Permite o cadastro de regras gerais para utilização da palavra durante a realização das reuniões, nas fases que o permitirem.

Votação em Plenário: Permite o cadastro de votações de matérias e documentos, configurando os diversos parâmetros necessários para a sua correta realização conforme os regimentos internos.

Votação em Comissão: Permite o cadastro de votações de matérias e documentos, configurando os diversos parâmetros necessários para a sua correta realização conforme os regimentos internos.

Tipo de Ação: Permite o cadastro de ações de resultado. As ações são os resultados possíveis de uma votação de matéria, tais como aprovação, adiamento ou reprovação.



Parecer: Cadastro dos documentos com o tipo parecer, as serem informados pelos relatores das comissões.

Despacho: Cadastro dos documentos com o tipo despacho, indicando ações da mesa ou da presidência.

Requerimento: Cadastro dos documentos com o tipo requerimento, feito pelos parlamentares antes ou durante a reunião.

Matéria: Cadastro dos documentos com o tipo matéria. As matérias são as propostas feitas pelos parlamentares ou órgãos competentes a serem analisadas pela casa;

Ambiente: Permite o cadastro dos locais disponíveis para realização das reuniões.

Terminal: Permite o cadastro dos diversos terminais de acesso ao sistema, definindo suas características de funcionamento e relacionamento com o ambiente.

Tipo de Painel: Permite o cadastro de tipos de painel relacionando à resolução de tela para exibição.

Painel: Permite o cadastro dos painéis eletrônicos para exibição das informações relacionando um ambiente, tipo de painel e cenário de exibição para cada dispositivo.

Usuário: Permite o cadastro dos usuários autorizados a acessar o sistema, atribuindo-lhes uma categoria e um perfil de acesso, de forma a garantir que o usuário tenha acesso apenas as funcionalidades a que o mesmo tenha sido autorizado.

Perfil: Permite o cadastro de configurações de permissões de acesso dos usuários do sistema.

Configurações

Timeouts: Configuração do tempo de espera para leitura biométrica.

MQTT: Configuração de conexão ao servidor MQTT.

Buzina: Configuração dos tempos e arquivos de áudio utilizados para as buzinas.

Links Regimento Interno: Permite a configuração dos links de documentos que serão exibidos na tela de consulta de legislação.

Cores do Painel: Permite a configuração do conjunto de cores utilizadas para exibição das informações no painel eletrônico.

Relatórios

Eventos: Relatórios de todos os eventos da reunião, tais como abertura, registros de presenças e votos, oradores, etc.;

Reuniões: Listagem das reuniões no período;

Oradores: Listagem dos oradores na reunião;

Frequência Parlamentares: Relatório com a frequência do parlamentar nas reuniões;

Votações: Relatório da votação, com o resumo dos votos e as totalizações;

Eleições: Relatório da eleição, com o resumo dos votos e o resultado;

Presenças: Relatório das presenças por reunião.



Sincronização de Dados

Dados Parlamentares: Permite importar dados de parlamentares, partidos, bancada, bloco, composição e comissões.

Tipos de Documentos: Permite importar dados de tipos de documentos e tipos de matéria.

Dados Proposições: Permite importar dados de autores, ações de resultado de comissão e plenário e opiniões de parecer.

Dados Reuniões: Permite importar dados de fases, ambientes e reuniões de plenário e comissão com suas respectivas pautas, utilizando integração via web service. A importação pode ser realizada de uma data específica ou de uma única reunião.

Módulo de Parlamentar

Inscrição de Oradores: Permite a inscrição de oradores para uso da palavra em uma reunião, quer seja a reunião atual ou a próxima reunião a ser realizada que permita os oradores.

Lista de Reuniões: Exibe a lista de reuniões agendadas separadas em plenário e comissões, com informações da situação, data, horário e local de realização, permitindo acessar facilmente a tela de detalhes reunião, com informações detalhadas da pauta da mesma, assim como acompanhar o andamento e efetuar os votos quando a reunião estiver sendo realizada.

Consultar Legislação: Permite a visualização e consulta de documentos PDF da legislação.

Módulo de Operador

Lista de Reuniões de Plenário: Exibe a lista de reuniões agendadas para plenário, com informações da situação, data e horário de realização, permitindo acessar facilmente a tela de controle operacional da reunião.

Lista de Reuniões de Comissões: Exibe a lista de reuniões agendadas para as comissões, com informações da situação, data, horário e local de realização, permitindo acessar facilmente a tela de controle operacional da reunião.

Controle de Reuniões de Plenário: Permite visualizar todos os detalhes de uma reunião, exibindo informações sobre:

- ✓ parlamentares presentes e ausentes;
- ✓ fases da reunião;
- ✓ pauta da reunião, dividida por fase para melhor controle;
- ✓ informações exibidas no painel eletrônico;
- ✓ status de outras reuniões de comissões agendadas;

Permite controle total de uma reunião, com as funcionalidades:

- ✓ abertura da reunião;
- ✓ suspensão da reunião;
- ✓ encerramento da reunião;
- ✓ modificar o ambiente de realização da reunião;
- ✓ tocar a buzina;



- ✓ controlar até 4 cronômetros independentes;
- ✓ controle de microfones;
- ✓ controle do cenário exibido no painel eletrônico;
- ✓ abertura da fase;
- ✓ encerramento da fase;
- ✓ modificar a ordem dos itens na pauta da reunião;
- ✓ iniciar apreciação de cada item na pauta;
- ✓ terminar apreciação de cada item na pauta;
- ✓ iniciar chamada de votação, com possibilidade de 2 chamadas normais além da chamada do presidente;
- ✓ terminar chamada de votação;
- ✓ cancelar uma votação iniciada;
- ✓ finalizar uma votação iniciada;
- ✓ registrar votos para o parlamentar;
- ✓ retificar o voto do parlamentar;
- ✓ criar uma cópia de uma votação;
- ✓ renomear uma votação;
- ✓ criar uma votação instantânea, incluindo-a diretamente na fase aberta;
- ✓ criar uma eleição instantânea, incluindo-a diretamente na fase aberta;
- ✓ criar as chapas e candidatos de uma eleição não realizada;
- ✓ alterar as chapas e candidatos de uma eleição não realizada;
- ✓ remover chapas e candidatos de uma eleição não realizada;
- ✓ iniciar votação de uma eleição não realizada;
- ✓ cancelar votação de uma eleição iniciada;
- ✓ terminar chamada de uma eleição iniciada;
- ✓ iniciar 2ª chamada de uma eleição iniciada;
- ✓ finalizar uma eleição iniciada;
- ✓ inscrever um membro da comissão como orador;
- ✓ remover a inscrição de um orador;
- ✓ realizar a substituição de membros durante a reunião;
- ✓ remover a substituição de membros durante a reunião;
- ✓ realizar a obstrução de um membro ou de um partido;
- ✓ desfazer a obstrução de um membro ou de um partido;
- ✓ alterar a composição atual;

Controle de Reuniões de Comissões

Permite visualizar todos os detalhes de uma reunião, exibindo informações sobre:

- ✓ parlamentares presentes e ausentes, separados para cada comissão no caso de reuniões conjuntas;
- ✓ convidados;
- ✓ fases da reunião;
- ✓ pauta da reunião, dívida por fase para melhor controle;
- ✓ informações exibidas no painel eletrônico;
- ✓ status de outras reuniões de comissões agendadas;

Permite controle total de uma reunião, com as funcionalidades:

- ✓ abertura da reunião;



- ✓ suspensão da reunião;
- ✓ encerramento da reunião;
- ✓ modificar o ambiente de realização da reunião;
- ✓ tocar a buzina;
- ✓ controlar até 4 cronômetros independentes;
- ✓ controle de microfones;
- ✓ controle do cenário exibido no painel eletrônico;
- ✓ abertura da fase;
- ✓ encerramento da fase;
- ✓ modificar a ordem dos itens na pauta da reunião;
- ✓ iniciar apreciação de cada item na pauta;
- ✓ terminar apreciação de cada item na pauta;
- ✓ iniciar chamada de votação, com possibilidade de 2 chamadas normais além da chamada do presidente;
- ✓ terminar chamada de votação;
- ✓ cancelar uma votação iniciada;
- ✓ finalizar uma votação iniciada;
- ✓ registrar votos para o parlamentar;
- ✓ retificar o voto do parlamentar;
- ✓ criar uma cópia de uma votação;
- ✓ renomear uma votação;
- ✓ criar uma votação instantânea, incluindo-a diretamente na fase aberta;
- ✓ criar uma eleição instantânea, incluindo-a diretamente na fase aberta;
- ✓ criar as chapas e candidatos de uma eleição não realizada;
- ✓ alterar as chapas e candidatos de uma eleição não realizada;
- ✓ remover chapas e candidatos de uma ✓ parlamentares presentes e ausentes, separados para cada comissão no caso de reuniões conjuntas;
- ✓ convidados;
- ✓ fases da reunião;
- ✓ pauta da reunião, dívida por fase para melhor controle;
- ✓ informações exibidas no painel eletrônico;
- ✓ status de outras reuniões de comissões agendadas;

Permite controle total de uma reunião, com as funcionalidades:

- ✓ abertura da reunião;
- ✓ suspensão da reunião;
- ✓ encerramento da reunião;
- ✓ modificar o ambiente de realização da reunião;
- ✓ tocar a buzina;
- ✓ controlar até 4 cronômetros independentes;
- ✓ controle de microfones;
- ✓ controle do cenário exibido no painel eletrônico;
- ✓ abertura da fase;
- ✓ encerramento da fase;
- ✓ modificar a ordem dos itens na pauta da reunião;
- ✓ iniciar apreciação de cada item na pauta;
- ✓ terminar apreciação de cada item na pauta;

- ✓ iniciar chamada de votação, com possibilidade de 2 chamadas normais além da chamada do presidente;
- ✓ terminar chamada de votação;
- ✓ cancelar uma votação iniciada;
- ✓ finalizar uma votação iniciada;
- ✓ registrar votos para o parlamentar;
- ✓ retificar o voto do parlamentar;
- ✓ criar uma cópia de uma votação;
- ✓ renomear uma votação;
- ✓ criar uma votação instantânea, incluindo-a diretamente na fase aberta;
- ✓ criar uma eleição instantânea, incluindo-a diretamente na fase aberta;
- ✓ criar as chapas e candidatos de uma eleição não realizada;
- ✓ alterar as chapas e candidatos de uma eleição não realizada;
- ✓ remover chapas e candidatos de uma eleição não realizada;
- ✓ iniciar votação de uma eleição não realizada;
- ✓ cancelar votação de uma eleição iniciada;
- ✓ terminar chamada de uma eleição iniciada;
- ✓ iniciar 2ª chamada de uma eleição iniciada;
- ✓ finalizar uma eleição iniciada;
- ✓ inscrever um membro da comissão como orador;
- ✓ remover a inscrição de um orador;
- ✓ realizar a substituição de membros durante a reunião;
- ✓ remover a substituição de membros durante a reunião;
- ✓ realizar a obstrução de um membro ou de um partido;
- ✓ desfazer a obstrução de um membro ou de um partido;
- ✓ alterar a composição atual.

Deverá permitir aos parlamentares participarem de sessões plenárias mesmo não estando fisicamente presentes nesta Casa de Leis, através de seus smartphones, tablets ou desktops;

Tela de login: o login pode ser realizado por reconhecimento facial ou senha alfanumérica. Botão para registro de presença e voto.

Exibição de mensagens informativas tais como orador, eleição e votação em andamento além de quaisquer outras mensagens exibidas no painel.

Seleção de voto através de teclas ("SIM", "NÃO" e "ABSTENÇÃO"), identificadas por cores diferentes;

Na tela de seleção de votos nas eleições, são exibidas as chapas com seus respectivos nomes; caso a chapa possua apenas um parlamentar também deverá ser exibida a foto deste.

No processo de registro de presença e voto, o parlamentar deverá passar pelo processo de auditoria por foto e autenticação via mensagem por SMS;

Quando do registro de presença ou voto o sistema registra a foto do parlamentar para garantir segurança à operação e eventuais auditorias.

Recurso configurável para envio no smartphone cadastrado do parlamentar o código alfabético de 4 letras, sendo que o Parlamentar deverá digitar este código para concluir o voto.

Toda comunicação é realizada de forma criptografada.

Botão de solicitação de palavra, sem exigência de autenticação, colocando o parlamentar na lista de parlamentares que desejam fazer uso da palavra ou fazer um aparte. Essa solicitação aparece para o operador e para o presidente como um pedido de palavra. O operador poderá desabilitar essa funcionalidade.

SOFTWARE DE VÍDEO CONFERÊNCIA

O Sistema é integrado à todas as plataformas de vídeo conferência disponíveis no mercado, que será contratado separadamente pela CME.

A integração com a plataforma de vídeo conferência contratada pela CME, deverá permitir que os Parlamentares realizem login único no Sistema para uso completa de todas as funcionalidades.

A vídeo conferência deverá permitir a participação de todos os parlamentares, incluindo assessores e funcionários da Casa, que atuarão como hosts ou orquestradores, sem limite de participantes.

Recurso para solicitação da palavra durante a vídeo conferência, sendo que esta funcionalidade é equivalente a solicitação de fala no terminal de votação instalado nas mesas do plenário, gerando os mesmos registros na base de dados do Sistema e demais módulos.

Para evitar excesso de falas simultâneas durante a vídeo conferência, serão exibidos simultaneamente o áudio e o vídeo de no máximo três parlamentares, quais sejam: o Presidente, Orador e Aparteante.

Os demais Parlamentares estarão participando na sala e poderão ouvir e visualizar os Parlamentares em destaque.

A qualquer momento o orquestrador (host) poderá tirar a fala de Parlamentar.

Quando concedido a fala ao Parlamentar, este receberá mensagem para que confirme estar apto a falar. O orquestrador não poderá forçar a abertura nem do áudio nem do vídeo do Parlamentar.

O sistema monitora automaticamente a qualidade do sinal de internet dos dispositivos móveis dos Parlamentares com a fala aberta, exibindo graficamente na tela do smartphone a qualidade do sinal.

O sistema prioriza a qualidade do áudio e, caso a qualidade do sinal de internet esteja baixa, o Sistema substitui o vídeo pela foto do Parlamentar, reduzindo o consumo de banda.

O Parlamentar com a fala poderá, a qualquer momento, ativar ou desativar seu áudio ou vídeo.

INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA LEGISLATIVO

O Sistema deverá operar de forma integrada com o Software de Virtualização do Processo Legislativo sistema de Tramitação de Matérias utilizado pela CME.

Os seguintes dados deverão ser sincronizados automaticamente:

Frequências do Parlamentar
Parlamentares
Partidos
Tipos de Matéria
Matéria
Fases de Reunião
Reunião
Votações
Resultado das votações



O mapeamento entre o cadastro de parlamentares do Sistema e o Sistema de Tramitação de Matérias ocorre através de campo CPF preenchido nos dois sistemas.

Em caso de eventual indisponibilidade da operação integrada entre os dois Sistemas, a utilização do Sistema de Votação durante a Sessão não será prejudicada e opera de forma autônoma.

Votações realizadas sem que haja importação prévia devem indicar esta condição no momento da exportação.

O Sistema de Votação será totalmente integrado ao Sistema do processo legislativo da CME.

O Sistema disponibiliza API's para atualização da ordem do dia das sessões plenárias, contendo os seguintes campos: id da proposição, tipo, número, ano, data, autor, fase da tramitação, resultado das votações com data e número da sessão.

Essa API a ser consumida irá produzir API com os resultados correspondentes, incluindo: Parlamentares presentes e voto de cada Parlamentar.

ATA SINTÉTICA

O software de gerenciamento e operação do sistema integrado para gestão automatizada dos trabalhos em plenário dispõe de recursos para geração e emissão automática da ata ao final de cada sessão.

A ata eletrônica é o resumo de todos os assuntos tratados durante a sessão plenária e de reuniões de Comissões e contém a descrição da íntegra dos acontecimentos da reunião, sendo operada concomitantemente pelo operador do Sistema Integrado para Gestão Automatizada dos Trabalhos em Plenário, sem a necessidade de mão-de-obra complementar.

O sistema dispõe de recursos para a obtenção automática, sem a necessidade de digitação, das seguintes informações no transcorrer da reunião:

Data e hora de abertura, suspensão e encerramento da sessão; Identificação dos membros que compõem a Mesa Diretora;

Relação dos parlamentares presentes, e, no caso de comissões, identificando se é efetivo ou suplente, e seu cargo:

Geral;

A cada verificação de quórum; A cada votação;

A cada orador;

Relação dos parlamentares ausentes:

Geral;

A cada verificação de quórum;

A cada votação;

A cada orador;

Listagem das matérias apresentadas:

Nome;

Autor;

Encaminhamento às comissões;

Listagem dos oradores inscritos, incluindo os seguintes dados por orador: Nome;

Tempo; Tipo de fala;

Votação relacionada;

Listagem das votações, podendo conter para cada votação:

Listagem das matérias votadas; Número de votação;

Tipo de votação (nominal, simbólica, parecer, etc.)

Tipo de quórum para votação (maioria simples, maioria absoluta, maioria qualificada 2/3, 3/5, etc.);

Parlamentares impedidos de votação, em comissões;
Turno; Votos; Totais; Presentes; Sim;
Não; Branco; Abstenção; Resultado;

O sistema deverá permitir a edição de textos complementares através de editor próprio, com os seguintes recursos:

Tipo da fonte; Tamanho da fonte;
Efeitos da fonte (negrito, sublinhado); Cor da fonte;
Alinhamento à direita, centralizado, à esquerda ou justificado. Tabelas:
O sistema deverá permitir o reaproveitamento de textos para edição de atas futuras.

SISTEMA PUBLICAÇÃO WEB

Poderá ser disponibilizado de forma configurável no Portal da CME, a critério desta Presidência, para acesso em tempo real pelos Cidadãos, às seguintes informações:

Imagens das sessões plenárias; Parlamentares Presentes; Parlamentares Ausentes; Nome da Reunião;
Mensagens;
Totalizadores de votos;
Dados da matéria em apreciação.

Substituição e manutenção dos materiais

6.5 A contratada será integralmente responsável pela **manutenção corretiva e preventiva** dos equipamentos fornecidos, devendo realizar a substituição imediata de qualquer item que apresentar falha de funcionamento, desgaste ou incompatibilidade com as atualizações dos sistemas. A contratada também deverá manter estrutura de atendimento técnico e estoque reserva de itens críticos, conforme os prazos e SLAs estabelecidos neste Termo de Referência.

Para o correto dimensionamento da proposta, as seguintes características foram observadas:

6.6 Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado.

6.7 A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias e prazo de entrega dos produtos.

Especificação da Garantia do Serviço

6.8 Conforme o artigo 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a garantia contratual será composta pelas seguintes previsões:

- a) A garantia dos serviços será de no mínimo (90) noventa dias, conforme CDC.
- b) Durante o prazo de garantia, a contratada será responsável por eventuais falhas ou interrupções no serviço, devendo corrigi-las dentro dos prazos estabelecidos no contrato, sem custo adicional para a contratante.

6.9 Caso a contratada não cumpra as obrigações de garantia, a contratante poderá aplicar as sanções administrativas cabíveis, incluindo advertência, multa ou suspensão de participação em novas licitações, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Formas de Transferência de Conhecimento



6.10 A transferência de conhecimento deverá garantir a autonomia progressiva da equipe da Câmara Municipal na operação e gestão da solução, incluindo sessões práticas supervisionadas no ambiente de produção, com foco na resolução de cenários reais, simulações de contingência e rotinas de manutenção do sistema.

6.11 A contratada deverá entregar um repositório digital organizado com vídeos, tutoriais passo a passo, fluxogramas operacionais e documentação técnica completa, que permita a consulta posterior pelos servidores, mesmo após a fase de implantação. O material deverá ser atualizado conforme eventuais mudanças na solução e permanecer acessível durante toda a vigência contratual.

Procedimentos de Transição e Finalização do Contrato

6.12 Ao término da vigência contratual ou em caso de substituição da contratada, deverão ser adotados procedimentos de transição que assegurem a continuidade dos serviços sem prejuízo às atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal.

6.13 Durante a fase final do contrato, a contratada deverá colaborar com os técnicos da Câmara e, se for o caso, com a nova empresa contratada, oferecendo suporte técnico e orientações necessárias para assegurar a integridade das informações, a continuidade operacional da solução e a transferência segura da base de dados e configurações.

Mecanismos Formais de Comunicação

6.14 Para garantir a eficiência na execução do contrato, os seguintes meios formais de comunicação serão utilizados entre a contratante e a contratada:

- a) Ordem de Serviço (OS): Documento formal de solicitação de serviços.
- b) E-mails e Cartas: Comunicação digital para registros de solicitações, prazos e respostas.

Formas de Pagamento

6.15 Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão definidos no Modelo de Gestão do Contrato, conforme as seguintes condições:

- a) O pagamento será realizado de forma mensal, com base no efetivo fornecimento dos serviços.
- b) Os serviços prestados serão atestados pelo fiscal do contrato

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.16 A contratada deverá manter absoluto sigilo sobre todas as informações, dados, documentos e conteúdos digitais ou físicos a que tiver acesso em decorrência da execução contratual, inclusive aqueles armazenados em equipamentos, mídias ou sistemas. É vedada qualquer forma de divulgação, reprodução, uso indevido ou compartilhamento dessas informações, independentemente de sua classificação formal, sob pena de responsabilização nas esferas administrativa, civil e penal.

6.17 Para garantir a observância das normas de confidencialidade e segurança institucional, será exigida a assinatura dos seguintes instrumentos:

- a) **Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, pelo representante legal da contratada, declarando ciência e compromisso com as normas de segurança da informação e proteção de dados vigentes na Câmara Municipal;

6.18 O modelo encontra-se no Apêndice E, conforme determina o art. 18, inciso V, alíneas “a” e “b” da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

7 FORMA DE CRITÉRIO E SELEÇÃO

7.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, modo ABERTO/FECHADO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.



Regime de Execução

7.2 Empreitada integral.

8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas e das disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial de suas obrigações.

8.2 Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão da execução contratual, por motivo justificado, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante registro formal por apostila.

8.3 As comunicações entre a Contratante e a Contratada deverão ser formalizadas por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos oficiais, desde que assegurada sua rastreabilidade, nos casos em que a formalidade do ato assim exigir.

8.4 A Contratante poderá convocar o representante da Contratada sempre que necessário para adoção imediata de providências relacionadas à adequada execução do contrato.

Fiscalização

8.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022.

9 DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

9.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.

9.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.2.1 o prazo de validade;

9.2.2 a data da emissão;

9.2.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

9.2.4 o período respectivo de execução do contrato;

9.2.5 o valor a pagar; e

9.2.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

9.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.5 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do

contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

9.9 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.

9.10 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.11 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.13 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.14 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.1 A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

10.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br

10.4 No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede

10.5 No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.7 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971

10.8 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização

10.9 No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

10.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.11 A regularidade fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

Av. Artulino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

10.12 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.

10.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.14 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.

10.15 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.16 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

10.17 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.18 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

10.18.1 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.19 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

10.20 Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);

10.21 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

10.21.1 Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.22 A habilitação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

10.23 Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão,

10.23.1 Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.

10.24 Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

10.24.1 Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.24.2 As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.

10.24.3 As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

10.25 Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

10.25.1 Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

10.25.2 As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, Capital Social no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

10.25.3 O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.26 A qualificação técnica será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

10.27 Atestado de Capacidade Técnica

10.28 O licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços com características iguais ou similares aos da contratação pretendida.

10.29 Indicação dos responsáveis técnicos habilitado para a execução dos serviços a serem contratados, com as respectivas qualificações técnicas devidamente comprovadas por meio de documentação, como registro em conselho profissional competente ou documento equivalente, em conformidade com o disposto no art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

- a) **Analista de Sistemas / Desenvolvedor** - Graduação em TI (Será aceita formação superior em cursos reconhecidos pelo MEC na área de Tecnologia da Informação, tais como Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Engenharia de Software, Sistemas de Informação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Redes de Computadores, Sistemas para Internet, Gestão da TI, ou outros cursos correlatos com conteúdo programático compatível com o objeto contratado);

10.30 Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:

10.30.1 Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

10.30.2 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);

10.30.3 Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

PROVA DE CONCEITO

Após a fase de lances e classificação a empresa que apresentar o menor preço será convocada pelo pregoeiro para realizar prova de conceito / amostra dos seus respectivos sistemas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, de forma que contemple as funcionalidades do software desenvolvido, através do seu credenciado ou de um técnico de informática da licitante, o qual será avaliado por servidor designado para auxiliá-lo no momento da amostra, que procederá a análise conforme Termo de Referência.

Será nomeada uma comissão julgadora de 03 membros para acompanhamento e julgamento da prova de conceito, podendo ser assessorada por servidores, com conhecimento nos módulos em julgamento.

Os itens relacionados visam uma apresentação objetiva em que seja capaz de detectar a capacidade da empresa em atender aos anseios da prefeitura.

Após agendamento de data e horário, todas as funcionalidades dos softwares previstos deverão ser comprovadas através de demonstração dos sistemas, nas dependências da Câmara Municipal, perante Equipe designada para esse fim, e membros do setor de TI, para definição do atendimento ou não das características e obrigações dos aplicativos, que deverá atender para efeito de classificação, pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) da totalidade dos requisitos funcionais de cada aplicativo.

Os itens não atendidos serão julgados pela Comissão, que verificará quanto a importância dos mesmos, podendo ainda desclassificar, empresa que embora tenha atingido o percentual mínimo de 95%, tenha deixado de atender algum item julgado de grande importância pela Comissão.

A não demonstração dos aplicativos ou o não atendimento das características mínimas exigidas acima, acarretará a automática desclassificação do licitante.



A demonstração permitirá a averiguação prática das funcionalidades e características dos sistemas e sua real compatibilidade com os requisitos obrigatórios especificados neste Termo.

Durante a Demonstração serão feitos questionamentos à LICITANTE permitindo a verificação dos requisitos constantes deste Termo de Referência.

À Câmara Municipal é facultada a possibilidade de realizar diligências para aferir o cumprimento dos requisitos.

O hardware e o software necessários para a realização da Demonstração são de inteira responsabilidade da licitante habilitada, ficando sob a diligência da equipe da Câmara Municipal por até 03 (três) dias úteis após o período de realização da referida Demonstração para a conferência dos softwares instalados no mesmo e do resultado apresentado.

A configuração do hardware e software a ser utilizado na Demonstração deverá guardar similaridade ao ambiente definitivo em que a solução será implantada, não podendo superar suas especificações de capacidade.

A instalação de softwares que produzam dúvidas quanto aos resultados obtidos, poderão levar à desclassificação da licitante.

Não será permitido durante a realização da Demonstração:

- a) O uso de apresentações em telas do programa, slides ou vídeos quando tratarem da confirmação das especificações funcionais;
- b) A gravação de código (programas executáveis, scripts ou bibliotecas) durante e após a realização da prova em nenhum tipo de mídia para posterior uso ou complementação;
- c) Aproveitamento de templates criados anteriormente.

Para fins de avaliação e entendimento da solução e suas particularidades, deverão ser construídos e demonstrados os requisitos e funcionalidades especificados neste Termo, observadas as condições estabelecidas deste Edital.

As provas de conceito/amostra deverão ter sua avaliação devidamente registrada por relatório assinado pela comissão julgadora, que balizarão a decisão do pregoeiro.

Caso os referidos aplicativos demonstrados sejam rejeitados ou reprovados, o Pregoeiro, observada a ordem de classificação, convocará as demais empresas remanescentes (se houver) para demonstração dos seus sistemas no prazo de 02 (dois) dias corridos.

11 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por dotação orçamentária a ser informada pelo setor contábil.

12 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

12.1 O valor estimado da contratação será sigiloso.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO DA PROPOSTA

APÊNDICE B - DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA

APÊNDICE C - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES SEM VISTORIA

Av. Artulino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

APÊNDICE D - TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

Eunápolis - BA, 09 de dezembro de 2025.

JOSUEL JUNIOR SILVA DE OLIVEIRA
Diretor Administrativo



APÊNDICE A MODELO DA PROPOSTA

1 DADOS DA PROPONENTE

Razão Social: [Nome da Empresa]

CNPJ: [Número do CNPJ]

Endereço: [Endereço Completo]

Telefone: [Número de Contato]

E-mail: [Endereço de E-mail]

Nome do Representante Legal: [Nome Completo]

2 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, EQUIPAMENTOS E VALORES

LOTE 1 (ÚNICO)					
Item	Descrição	Und.	Qt.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	Implantação e treinamento	SERV	1	R\$	R\$
2	Fornecimento, em sistema de comodato, de solução tecnológica avançada e segura para a modernização dos processos legislativos durante as sessões plenárias, proporcionando maior eficiência e transparência às atividades parlamentares desta casa de leis.	MÊS	12	R\$	R\$

Valor Global da Proposta: R\$ [Valor Total da Contratação]

(Valores expressos em Reais, válidos por 60 dias a partir da data desta proposta.)

3 PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **Prazo de Implantação:** Até **20 dias** após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço (OS).
- **Prazo de Garantia:** Durante **90 (noventa) dias** após a implantação.
- **Condições de Pagamento:**
 - O pagamento será realizado **mensalmente**, conforme a efetiva prestação dos serviços e aprovação dos relatórios técnicos.
 - Os valores serão atestados pela Contratante antes da liberação do pagamento.

4 DECLARAÇÕES

Declaramos, sob as penas da lei:

- a) Que cumprimos integralmente os requisitos de habilitação exigidos no Edital e anexos, conforme o art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
- b) Que atendemos integralmente aos requisitos de **qualificação técnica**, conforme disposto no **art. 67 da Lei nº 14.133/2021**, e nos termos especificados no Termo de Referência, apresentando os atestados, certidões e demais documentos comprobatórios exigidos, compatíveis com a complexidade e as características do objeto licitado;



- c) Que nos responsabilizamos por todos os custos operacionais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais necessários à execução do objeto, inclusive aqueles decorrentes de convenções coletivas de trabalho, acordos e termos de ajustamento de conduta;
- d) Que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme o art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;
- e) Que cumprimos integralmente a legislação que trata da reserva legal de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, nos termos da legislação vigente;
- f) Que, na hipótese de não realização de vistoria técnica prévia, temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades do local e da execução do objeto, comprometendo-nos a cumprir integralmente as exigências técnicas e operacionais do Termo de Referência, sem alegação posterior de desconhecimento;
- g) Que estamos cientes de que a apresentação da proposta implica aceite pleno das condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- h) Que o prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu protocolo/envio.

5 ASSINATURA E RESPONSABILIDADE

[Nome da Empresa]
[Nome do Representante Legal]
[Cargo]
[Data da Proposta]

Assinatura: _____

APÊNDICE B
DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA

A **[Razão Social da Empresa]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[número do CNPJ]**, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para os devidos fins, que realizou vistoria técnica no local de execução dos serviços objeto do Termo de Referência da Câmara Municipal de Eunápolis – BA, com vistas à perfeita compreensão das condições e peculiaridades do ambiente onde será implantada a solução contratada.

A vistoria foi realizada em **[data]**, no período das **[horário]**, nas dependências da Câmara Municipal, localizada na Avenida Artulino Ribeiro, nº 549, Dinah Borges, Eunápolis - BA, e foi acompanhada por servidor designado para este fim.

Declara, ainda, estar ciente de que as informações coletadas durante a visita foram devidamente analisadas para subsidiar a elaboração da proposta técnica e comercial, não cabendo posteriores alegações de desconhecimento quanto às condições locais.

Local, [data].

[Nome do Representante Legal]

[Cargo]

[Assinatura]

APÊNDICE C
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES SEM VISTORIA

A [**Razão Social da Empresa**], inscrita no CNPJ sob o nº [**número do CNPJ**], por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para os devidos fins, que optou por não realizar a vistoria técnica no local de execução dos serviços objeto do Termo de Referência da Câmara Municipal de Eunápolis – BA.

Declara, contudo, que possui pleno conhecimento das condições, exigências técnicas e peculiaridades do ambiente onde serão prestados os serviços, assumindo integral responsabilidade pelo cumprimento das obrigações contratuais, sem alegação posterior de desconhecimento.

Reconhece que a ausência da vistoria não poderá ser utilizada como justificativa para quaisquer omissões, falhas na execução contratual ou pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Local, [**data**].

[Nome do Representante Legal]

[Cargo]

[Assinatura]



APÊNDICE D
TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento, eu, _____, representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, CONTRATADA nos autos do Pregão nº ____/____, firmado com a Câmara Municipal de Eunápolis, DECLARO, para os devidos fins, que:

1. Tomei ciência e comprometo-me integralmente a cumprir todas as normas e diretrizes relativas à segurança da informação, confidencialidade, sigilo e proteção de dados pessoais e sensíveis previstas na legislação vigente, em especial:
 - Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
 - Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);
 - Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022;
 - Demais atos normativos internos da Câmara Municipal de Eunápolis.
2. Comprometo-me a manter absoluto sigilo sobre todas as informações, dados, documentos, conteúdos digitais ou físicos, arquivos, sistemas e quaisquer outros elementos a que eu ou minha equipe venhamos a ter acesso, direta ou indiretamente, em razão da execução do contrato firmado com esta Câmara Municipal.
3. Declaro estar ciente de que é vedada qualquer forma de reprodução, divulgação, uso indevido, compartilhamento, alteração, destruição ou acesso não autorizado às informações obtidas no exercício das atividades contratadas, mesmo que tais informações não estejam formalmente classificadas como sigilosas.
4. Reconheço que a obrigação de sigilo permanece vigente mesmo após o encerramento do contrato, por tempo indeterminado, ou enquanto as informações não forem tornadas públicas por autoridade competente.
5. Comprometo-me, ainda, a instruir todos os empregados, prepostos, subcontratados e demais agentes envolvidos na execução do contrato, sobre a observância irrestrita às normas de segurança da informação e sigilo aqui estabelecidas.
6. Tenho ciência de que o descumprimento destas obrigações poderá ensejar responsabilização administrativa, civil e penal, conforme a legislação aplicável, inclusive com possibilidade de rescisão contratual por justa causa.

Local (UF), ____ de _____ de _____.

Nome do Representante Legal da Contratada

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

PREÂMBULO

Aos ____ de _____ de _____, a Câmara Municipal de Vereadores de Eunápolis/BA - Contratante, inscrita no CNPJ nº 16.233.447/0001-40, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO

1.1– O presente instrumento tem por objeto [INSERIR OBJETO], para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Eunápolis/BA de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1						
2						
3						
Valor Total					R\$	

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1– O prazo de vigência da contratação é de **x meses** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2- A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

3.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

3.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

Av. Artulino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

- 3.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 3.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 3.3- O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 3.4- A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 3.5- Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 3.6- O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

- 6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.
- 6.2 – O valor do contrato poderá ser reajustado a cada 12 (doze) meses, tomando-se por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.
- 6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.
- 7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de

Av. Artulino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pelo Presidente da Câmara Municipal de Eunápolis, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal de São Luís deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE:

CLASSIFICAÇÃO:

NATUREZA DA DESPESA:

FICHA:

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.14 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.15 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.16 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

Av. Arturino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

10.17 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.18 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.19 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.20 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Av. Artulino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

- i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.
 - a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Presidente da Câmara Municipal de Eunápolis.

Av. Artulino Ribeiro, 549

Dinah Borges, 45830-100 - Eunápolis/BA

(73) 3166-1400

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições

contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Eunápolis - BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Eunápolis - BA, ____ de _____ de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME:

